

Voto de Santinho definirá a linha na Subcomissão da Reforma Agrária

Da Sucursal de Brasília

Depende de um voto a linha que será adotada pela Subcomissão da Política Agricola e da Reforma Agrária no relatório que encaminhará para discussão na Comissão da Ordem Econômica e Social. O "fiel da balança" é o deputado Santinho Furtado (PMDB-PR), fazendeiro, cu-jo voto está sendo disputado pelos outros 24 membros da subcomissão, dividida exatamente ao meio: doze defendem o anteprojeto do relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PR), considerado "progressista", e os demais apoiam substitutivo apresentado pelo deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-PR), tido como "conservador".

Em entrevistas à Folha, Santinho Furtado afirmou que o substitutivo "é uma proposta para manter o atual quadro de concentração da terra" e que "não viabiliza nenhum processo de reforma agrária". Apesar desta posção, ele discorda de vários pontos conidos no anteprojeto do relator Oswaldo Lima Filho. "Também não será com uma proposta radical, que leve à injustiça, que faremos a reforma agrária", afirma ele.

Santinho Furtado adiantou que irá defender a tese de que as benfeitorias sejam pagas à vista e em dinheiro. Lutará também para que agricultores com 55 anos de idade, que não tenham outra atividade econômica além da exploração da terra, se desapropriados, recebam 50% da indenização em dinheiro e o restante em Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Empresário rural, proprietário de 900 hectares entre os municípios de Tomazina e Araputi no norte do Paraná, Santinho Furtado defende que a nova Constituição defina a área máxima da propriedade rural. Ele acha que será possível negociar com as diversas tendências políticas e assegurar que a área máxima seja de 200 módulos —que pode variar dependendo do Estado, entre mil e 22 mil hectares. Ele é favorável também à limitação da propriedade para estrangeiros —pessoa física ou jurídica— cujo imóvel não pode ter área superior a três módulos regionais de exploração agrícola.

O constituinte paranaense é contra a tese da posse automática, pela União, dos imóveis decretados de interesse para a reforma agrária. Segundo ele, a aprovação de um dispositivo neste sentido poderia gerar muita injustiça, com a desapropriação de áreas produtivas. Soberania - A bancada federal do PT decidiu ontem apoiar qualquer iniciativa de projeto de decisão do Congresso constituinte para definir o mandato do presidente José Sarney em quatro anos. A bancada escolheu os deputados José Genoino (SP) e Wladimir Palmeira (RJ) para defenderem esta posição em reunião das lideranças dos pequenos partidos, ontem à noite no apartamento do líder do PDT, Brandão Monteiro.

Imprensa - A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal enviaram telex ao presidente José Sarney protestando e pedindo providências contra "medidas recentemente adotadas para dificultar o trânsito dos jornalistas no Palácio do Planalto, discriminar o noticiário veiculado pelas emissoras da Radiobrás e da Funtevê e impedir a realização de determinadas entrevistas em outras televisões". O telex afirma que as medidas "demonstram nitidamente o retorno da censura".

Tortura - A atriz Maria Barreto Leite, 72, acusou ontem à Folha, em Curitiba (PR), o delegado Josecyr Cuoco, do Grupo Anti-Sequestro (GAS) da polícia paulista, de ser um dos torturadores do Departamento da Ordem Política e Social (Dops) no período de combate à guerrilha. A atriz pertenceu à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e esteve presa entre 1970 e 71.

Desaparecidos - O psicanalista Amílcar Lobo, que atuou nos órgãos de repressão no atendimento a presos políticos torturados, será convocado a depor na comissão instalada no Ministério da Justiça para apurar as responsabilidades sobre os casos de desaparecidos políticos da década de 70. A comissão é formada pelo presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, pelo jornalista Newton Rodrigues, da Folha, e pelo presidente da OAB-MG, Jair Leonardo Lopes.

Tutu - O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), disse ontem que a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) está descansando no interior de São Paulo e só deverá voltar às suas atividades normais dentro de mais um mês. Até o final da semana, Tutu deve formalizar um pedido de licença para tratamento de saúde.

